

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



11
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Giovanna Lucio Monteiro

Editora Adjunta: Beatriz Maciel Pontes

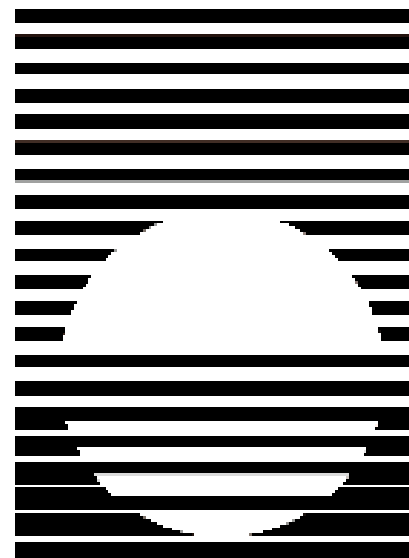
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte

Editória de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição. Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nathan Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Encontro entre Lula e Macron indica fraqueza da política externa bolsonarista

Brasil participa de acordo internacional para a cooperação climática

Eleições legislativas na Argentina marcam o fim do domínio governista na Câmara e no Senado

Página 05

Eleições Presidenciais do Chile serão definidas no segundo turno entre Gabriel Boric e José Antonio Kast

Críticas de Embaixador argentino no Chile a candidato à presidência geram mal-estar diplomático

Parlamento peruano aprova gabinete ministerial em meio à crise

Página 06

Comissão do Congresso Peruano declara Evo Morales persona non grata

Parlamentares aprovam lei de equidade de gênero nos meios de comunicação argentinos

Página 07

Eleições regionais ocorrem na Venezuela com participação da oposição e observadores internacionais

Ley Madre e grandes marchas marcam instabilidades políticas na Bolívia

Página 08

Eleições Nicaraguenses chamam atenção para crise de direitos humanos

Grupo de Puebla reúne lideranças no México para discutir agenda progressista

Página 09

Nova variante de COVID-19 na África do Sul revela preconceito internacional contra o continente africano

China reforça cooperação em saúde e comércio com países africanos

Página 10

China e Rússia assinam roteiro de cooperação militar e renovam parceria

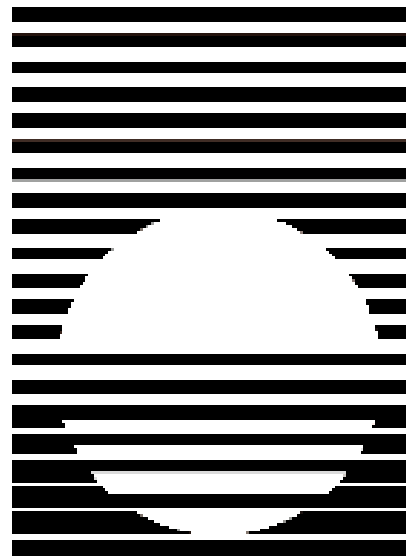


Refugiados e solicitantes de asilo ocupam o prédio da ACNUR em resposta à política migratória sul-africana
Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher marcado por manifestações e sentença histórica da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Página 11

Governo brasileiro sanciona Lei Mariana Ferrer que protege vítimas durante julgamentos

Avanços na conquista de espaço e de direitos à população LGBTQIA+ no Chile animam ativistas, ainda que o segundo turno das eleições traga preocupações



Encontro entre Lula e Macron indica fraqueza da política externa bolsonarista

No dia 17 de novembro de 2021, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi recebido pelo presidente da França, Emanuel Macron, no Palácio do Elysée – residência oficial do mandatário, em Paris. A visita, que contou com protocolos reservados a Chefes de Estado, foi parte integrante da agenda do ex-presidente em tour pela Europa, na qual também se encontrou com outras lideranças políticas, como a prefeita da Paris, Anne Hidalgo, e o futuro chanceler alemão, Olaf Scholz. Além de se encontrar com autoridades, Lula proferiu discursos na Conferência de Alto Nível da América Latina, em Bruxelas, e no Instituto de Estudos Políticos de Paris. O encontro com Macron ocorreu em meio ao tensionamento nas relações entre Brasil e França, fruto do confesso despreço que o presidente Macron nutre pela gestão de Jair Bolsonaro. No dia 25 de novembro, em entrevista a uma rádio local, Bolsonaro reagiu ao acontecimento, afirmando que a visita de Lula ao presidente francês foi uma provocação e que ambos “falam a mesma língua”. Para diplomatas estrangeiros, a situação deixou claro o enfraquecimento da diplomacia de Bolsonaro, haja vista que, segundo eles, encontros diplomáticos dessa relevância dificilmente ocorreriam sem uma consulta prévia dos governos estrangeiros ao Itamaraty

Fontes: [Uol](#), 17/11/2021; [BBC](#), 17/11/2021; [Veja](#), 18/11/2021; [DW](#), 25/11/2021; [Veja](#), 26/11/2021.

Brasil participa de acordo internacional para a cooperação climática

No dia 2 de novembro de 2021, um acordo de cooperação internacional envolvendo 100 países e mil cidades foi anunciado na COP 26, em Glasgow. O objetivo da cooperação, denominada Compromisso Global do Metano, é a redução pela metade da emissão de carbono e a redução de 30% de metano até 2030. Inicialmente, faziam parte do grupo Estados Unidos, União Europeia, Argentina, Gana, Indonésia, Iraque, Itália, México e Reino Unido. O ingresso de novos membros posteriormente fez com que o acordo englobasse 15 dos 30 países que mais emitem metano no mundo. China, Rússia e Índia, que estão no top cinco de maiores emissores, não aderiram ao pacto internacional. O Brasil anunciou sua participação por meio de uma publicação no Twitter pela conta do Itamaraty, surpreendendo os ambientalistas.

Também foi informado que oito cidades brasileiras estarão envolvidas, cinco delas já reveladas: Salvador, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. Em Glasgow, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, anunciou que a capital baiana irá necessitar de recursos para cumprir o compromisso de zerar a emissão de carbono em 2049, quando a cidade completar 500 anos. O compromisso foi selado na reunião do C40 e inserido na campanha Race to Zero.

Fontes: [G1](#), 02/11/2011; [DW](#), 02/11/2021; [CNN Brasil](#), 03/11/2021; [UDOP](#), 03/11/2021; [UOL](#), 03/11/2021; [Veja](#), 03/11/2021; [O Globo](#), 03/11/2021.

Eleições legislativas na Argentina marcam o fim do domínio governista na Câmara e no Senado

No dia 14 de novembro de 2021, ocorreram eleições legislativas na Argentina. O pleito renovou praticamente metade dos assentos na Câmara de Deputados e no Senado do país, colocando em disputa o controle das duas casas que, até então, estava nas com a Frente de Todos, coalizão peronista-kirchnerista do presidente Alberto Fernandez e de sua vice, Cristina Kirchner. O cenário das eleições precisa ser entendido a partir das prévias, realizadas em setembro do mesmo ano, que apontavam para uma derrota histórica do peronismo. A partir das prévias, a principal frente opositora, organizada na coalizão Juntos por el Cambio, passou a apostar em uma vitória que lhe permitiria não só controlar as duas casas legislativas, mas conseguir a presidência da Câmara e do Senado. Os resultados das eleições do dia 14 levaram a uma vitória da Juntos por el Cambio, que conseguiu acabar com a maioria do governo no Senado; no entanto, nos últimos momentos, a Frente de Todos conseguiu buscar votos expressivos, e diminuir a margem de derrota, impedindo que a Juntos por El Cambio obtivesse a maioria na Câmara de Deputados. Por isso, os peronistas têm abordado o pleito como uma vitória - pelo menos em relação ao que se esperava, e da capacidade da Frente de Todos de reverter resultados. Ao mesmo tempo, a direita trata os resultados como uma derrota do governo e um sinal de que ganha força para as eleições presidenciais de 2023. A partir de dezembro, portanto, o governo terá que negociar ativamente com a oposição para conseguir avançar com suas pautas no legislativo. Um dos fatos que de maior repercussão nas eleições legislativas foi que na

capital Buenos Aires, que também elege deputados nacionais, a direita radical se consolidou como uma terceira força política. Javier Milei, o líder do movimento ultradireitista argentino, levou 17% dos votos e trouxe consigo o segundo nome da lista da sua coligação La Libertad Avanza, a agora deputada nacional Victoria Villarruel. Villarruel é uma negacionista da ditadura e ativista dos direitos das “vítimas do terrorismo” dos guerrilheiros argentinos.

Fontes: [CNN Brasil](#), 15/11/2021; [El País](#), 15/11/2021; [Página 12](#), 15/11/2021.

Eleições Presidenciais do Chile serão definidas no segundo turno entre Gabriel Boric e José Antonio Kast

Em 21 de novembro de 2021, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais do Chile. Segundo o Servicio Electoral de Chile (Servel), com praticamente todos os votos computados, José Antonio Kast, candidato da extrema direita pelo Partido Republicano, obteve 27.9% dos votos; Gabriel Boric, candidato da esquerda pelo Partido Convergencia Social obteve 25.8%; Franco Parisi, candidato independente, obteve 12.8%; Sebastián Sichel, do partido Evolución Política, representante de Sebastián Piñera na disputa, obteve 12.8%, e Yasna Provoste, do Partido Demócrata Cristão, obteve 11.6% dos votos. Com os resultados, em 19 de dezembro de 2021 Kast e Boric se enfrentarão para definir a presidência do Chile. A primeira pesquisa eleitoral “Plaza Pública”, realizada pelo centro de pesquisa CADEM, constatou que Boric está à frente de Kast com uma vantagem de seis pontos percentuais no segundo turno, com 39% e 33% de apoio, respectivamente, enquanto os eleitores indecisos alcançaram a marca de 28%. A última pesquisa, divulgada no dia 2 de dezembro, pelo Criteria Research, mostra que Boric possui 54% das preferências válidas, enquanto Kast tem 46%. De acordo com os regulamentos atuais do Chile, os centros de pesquisa de opinião pública só podem publicar estudos até o dia 4 de dezembro de 2021, 15 dias antes das eleições.

Fontes: [T13](#), 21/11/2021; [CADEM](#), 28/11/2021; [El País](#), 01/12/2021; [O Globo](#), 02/12/2021.

Críticas de Embaixador argentino no Chile a candidato à presidência geram mal-estar diplomático

O ex-chanceler e atual embaixador da Argentina no Chile, Rafael Bielsa, fez duras críticas a José Antonio Kast, candidato de extrema direita que foi o primeiro colocado no primeiro turno das eleições presidenciais do Chile, com 27,97% dos votos. Bielsa afirmou que Kast apresentava um comportamento “antiargentino”, o chamou de “pinochetista”, declarou que o candidato não se preocupava com os direitos humanos e o comparou diretamente com outros dois políticos ultraconservadores: Donald Trump, ex-presidente dos EUA, e Jair Bolsonaro, atual presidente brasileiro. Os comentários do embaixador argentino foram muito mal recebidos pelo governo do Chile, tendo a chancelaria do país rechaçado publicamente as declarações em comunicado oficial, classificando a atitude do ex-chanceler como uma “intromissão inaceitável” nos assuntos domésticos chilenos e que esta seria uma violação das normas da Convenção de Viena. Em entrevista ao jornal Clarín, Kast respondeu que concordava com a nota da Chancelaria chilena, e que a atitude de Bielsa não corresponde com “a relação de respeito mútuo que deve existir entre nações irmãs”. A fala do embaixador também foi rechaçada pela grande imprensa chilena e por Gabriel Boric, candidato de esquerda que enfrentará Kast no segundo turno. Um alto funcionário da Casa Rosada, representando o governo argentino, se apressou em responder que as observações feitas por Bielsa seriam a opinião pessoal do embaixador, e não uma posição oficial do governo de Alberto Fernandez. Analistas afirmam que, após o episódio, no caso de Kast vencer as eleições no Chile, a permanência de Bielsa no cargo parece improvável.

Fontes: [Clarín](#), 22/11/2021; [Infobae](#), 22/11/2021; [La Tercera](#), 22/11/2021; [Ministério de Relações Exteriores do Chile](#), 22/11/2021; [Infobae](#), 24/11/2021; [Clarín](#), 26/11/2021.

Parlamento peruano aprova gabinete ministerial em meio à crise

No dia 5 de novembro de 2021, o legislativo peruano concedeu a moção de confiança ao novo gabinete ministerial, liderado pela ex-presidente do Congresso, Mirtha Vásquez. Depois de intensas negociações, que resultaram na escolha de um ministério com perfil mais moderado e técnico que o anterior, o governo

de Pedro Castillo conseguiu angariar 68 votos em seu favor e recebeu 56 contra. A moção de confiança é um mecanismo próprio da constituição peruana, que estabelece um regime semipresidencialista, no qual é atribuída ao Congresso a prerrogativa de validar ou não o gabinete ministerial escolhido pelo chefe do executivo. Apesar de o primeiro ministério ter sido aprovado, em setembro, por uma diferença ainda maior – 73 votos a favor e 50 contra –, as dificuldades de diálogo com setores da oposição e da própria base governista do então premier Guido Bellido provocaram a sua queda. A saída de Bellido gerou forte insatisfação de membros do partido governista Perú Libre, alguns dos quais decidiram votar contra o atual ministério em protesto pelo afastamento, por parte de Castillo, de setores da coalizão que defendem mudanças mais radicais. Em meio ao acirramento das tensões, o governo decidiu fortalecer o apoio das instituições militares. No dia 4 de novembro, foram nomeados novos comandantes para o Exército e para a Aeronáutica, o que chamou a atenção pelo fato de a última troca de generais ter ocorrido ainda no início de agosto deste mesmo ano. Contudo, a temperatura da crise política elevada e a bancada fujimorista no Congresso conseguiu recolher assinaturas suficientes, no último dia 25, para apresentar uma moção de vacância contra o presidente, sob a alegação subjetiva de “incapacidade moral”. O processo ainda passará por uma primeira rodada de votações no início de dezembro e, caso 40% dos congressistas opte pela remoção presidencial, o processo seguirá no plenário, onde serão necessários dois terços dos votos para a aprovação final.

Fontes: [Bloomberg](#), 04/11/21; [La República](#), 04/11/21; [Revista Opera](#), 09/11/21; [Al Jazeera](#), 26/11/21.

Comissão do Congresso Peruano declara Evo Morales persona non grata

No dia 22 de novembro de 2021, a Comissão de Relações Exteriores do Congresso peruano, presidida pelo fujimorista Ernesto Bustamante, declarou o ex-presidente da Bolívia, Evo Morales, persona non grata por seu ativismo político e alegada ingerência nos assuntos internos peruanos. Esta decisão foi tomada após diversas visitas políticas do ex-mandatário boliviano ao país que contaram com o apoio do poder executivo peruano, sendo destacada a relação amistosa que Morales mantém com o presidente Pedro Castillo. A declaração, aprovada por nove

dos 14 membros da Comissão, de caráter apenas simbólico, exortava as autoridades competentes a impedir Morales de entrar no país. Sua aprovação ocorreu após uma moção semelhante ser rejeitada no plenário do congresso com apenas 45 votos a favor, 62 contra e 12 abstenções. Os parlamentares governistas, por sua vez, foram contrários à declaração, a qual foi chamada de “vergonhosa” pelo líder do partido Perú Libre, Vladimir Cerrón. No dia 23 de novembro de 2021, Morales se pronunciou sobre a declaração, afirmando que a soberania e a união presentes nos laços históricos entre o Peru e a Bolívia são superiores à decisão dos congressistas.

Fontes: [Gestión](#), 22/11/2021; [El Comercio](#), 22/11/2021, [La República](#), 23/11/2021; [La República](#), 23/11/2021; [Infobae](#), 23/11/2021; [El Comercio](#), 25/11/2021.

Governador colombiano critica governo equatoriano pela não reabertura da fronteira

Em 21 de novembro de 2021 ocorreu um encontro entre os presidentes Iván Duque e Guillermo Lasso, em Quito. Na ocasião, foram discutidas questões relacionadas à cooperação em assuntos de segurança, comércio e proteção do meio ambiente. No início do mês, o governo equatoriano anunciou o lançamento do “Plano Equador” para combate ao narcotráfico e à insegurança, com o apoio da Colômbia, União Europeia e Estados Unidos. Além disso, uma questão central tratada no encontro foi a reabertura da fronteira entre os dois países, fechada desde o início da pandemia de COVID-19. A Colômbia abriu seu lado da fronteira em maio, mas o Equador só permite o transporte de carga internacional. Apesar do anúncio dos presidentes, em 30 de novembro, de que haveria a normalização da região de fronteira, o governo equatoriano anunciou que adiaria a abertura da Ponte Internacional de Rumichaca para dia 15 de dezembro. A decisão teve por base a orientação do Comitê de Operações de Emergência (COE), como forma de prevenir a expansão da variante Ômicron. Na sequência, o governador de Nariño, departamento colombiano fronteiriço com o Equador, questionou a decisão do presidente equatoriano e disse que adiar a abertura da fronteira afetava o departamento sob sua gestão, assim como as comunidades fronteiriças que, em muitos dos casos, utilizam passagens ilegais. Além disso, o governador afirmou que Nariño e

Colômbia merecem o respeito dos acordos. Outros atores, como associações de comerciantes da cidade colombiana de Ipiales, criticaram a decisão do governo equatoriano e afirmaram que foi motivada pela pressão de empresários da província de Carchi, contrários à abertura da fronteira neste momento. Já representantes da Câmara de Comércio da cidade equatoriana de Tulcán disseram que a abertura da fronteira afetava o comércio do lado equatoriano, pois pela diferença cambial, as famílias equatorianas costumam fazer as compras nas cidades colombianas. Por sua vez, e contrário às queixas de seu homólogo colombiano, o governador da província equatoriana de Carchi afirmou que as autoridades locais precisam aguardar as decisões do governo equatoriano e que a polícia e o exército estão controlando as 36 passagens ilegais de um país para outro, mas esclareceu que o transporte ilegal de migrantes continua sendo um problema nessa região.

Fontes: [El Tiempo](#), 21/11/2021; [Semana](#), 30/11/2021; [El Comercio](#), 30/11/2021, [Blue Radio](#), 01/12/2021.

Eleições regionais ocorrem na Venezuela com participação da oposição e observadores internacionais

Em 21 de novembro de 2021, ocorreram eleições regionais na Venezuela para a escolha de novos representantes para 3.082 cargos, entre governadores, prefeitos, legisladores regionais e vereadores. Ao contrário das eleições dos últimos quatro anos, parte da oposição abandonou a estratégia de boicotar os pleitos organizados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O setor liderado por Leopoldo López e Juan Guaidó, no entanto, não participou. Outro fator novo nas eleições do dia 21 foi a presença de observadores internacionais: mais de 300, de 55 países, estiveram no país, incluindo membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE). Isabel Santos, chefe da missão de observadores do bloco europeu, afirmou que o pleito transcorreu tranquilamente. Segundo informe preliminar da UE, as eleições transcorreram em melhores condições se comparadas às anteriores, mas ainda assim ocorreram problemas como a falta de independência judicial e a proibição de certas candidaturas. Os resultados indicam uma vitória consistente do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do presidente Nicolás Maduro: 20 dos 23 estados do país serão governados por membros desse partido, além da capital, Caracas. A oposição conquistou os governos de Zulia, Nueva

Esparta e Cojedes. A participação da população nas eleições, no entanto, foi a menor em 20 anos: apenas 41,8% dos eleitores aptos a votar compareceram às urnas. Além das eleições regionais, o mês de novembro foi marcado pela abertura, pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), de uma investigação do governo de Maduro por crimes contra a humanidade. Serão investigadas acusações de execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias e torturas. O processo estava em análise desde 2018, e a abertura da investigação foi anunciada por Karim Khan, procurador-chefe britânico, após visita à Venezuela. É a primeira vez que uma investigação desse tipo é aberta na América Latina. O governo venezuelano manifestou discordância da decisão, mas se comprometeu a cooperar com as investigações.

Fontes: [O Globo](#), 03/11/2021; [Folha](#), 04/11/2021; [Latinoamérica 21](#), 07/11/2021; [Folha](#), 20/11/2021; [O Globo](#), 21/11/2021; [Efecto Cocuyo](#), 22/11/2021; [El Nacional](#), 22/11/2021; [Folha](#), 23/11/2021.

Ley Madre e grandes marchas marcam instabilidades políticas na Bolívia

Em novembro de 2021, quando o governo de Luis Arce, presidente da Bolívia, completou um ano, o cenário foi de instabilidade política no país. A principal agenda esteve ao redor da lei nº 1386, que regia sobre estratégias de luta contra a legitimação de ganhos ilícitos e financiamento do terrorismo, a chamada “ley madre”. Em agosto, a lei foi submetida à Câmara de Deputados e ao Senado e foi aprovada. No entanto, a oposição, capitaneada por setores dos departamentos de Potosí e Santa Cruz, iniciou protestos contra a legislação por considerá-la economicamente autoritária. Uma das críticas centrais se direciona ao papel que a Unidade de Investigações Financeiras teria com a aprovação da legislação, já que passaria a ter acesso a fontes de informações, sobretudo por técnicas de escuta telefônica, que, de acordo com os manifestantes, violam a Constituição. No dia 8 de novembro, os Comitês Cívicos de Santa Cruz e de Potosí, junto a agremiações comerciais, começaram uma paralisação no país. Ao longo dos dias, foram se incorporando às manifestações setores ligados aos transportes urbanos, aos mercados e aos centros de abastecimento e setores da economia informal, que estariam entre os principais afetados pela legislação. O governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, um dos nomes centrais da extrema-direita do país, é também uma das principais lideranças das manifestações. Além da ley madre, também foram objetos de protestos outras legislações apresentadas pelo Movimento ao

Socialismo (MAS), que regulamentam atividades econômicas no país. Após seis dias de paralisações, o governo de Arce revogou a legislação. O governo do MAS, que encarou os protestos como tentativas de desestabilização, declarou que revogou a legislação para que a economia voltasse às suas atividades normais, já que estava paralisada com as greves. No dia 23, as forças políticas ligadas ao MAS revidaram: saiu de Oruro em direção à capital, La Paz, a Marcha pela Pátria, em defesa do governo de Arce. A marcha percorreu quase 200 km em sete dias e contou com a presença de movimentos sociais ligados ao MAS, ao Pacto de Unidade e à Central Operária Boliviana (COB), além da presença do ex-presidente Evo Morales. Desde o golpe de Estado, em 2019, e o retorno do MAS ao poder, em 2020, a Bolívia vem enfrentando um cenário de instabilidade política de crescimento dos movimentos de desestabilização do governo, entendidos pelo MAS como tentativas de novos golpes no país.

Fontes: [CNN Español](#), 09/11/2021; [El Deber](#), 12/11/2021; [Brasil de Fato](#), 15/11/2021; [Presidência da Bolívia](#), 16/11/2021; [Brasil de Fato](#), 29/11/2021.

Eleições Nicaraguenses chamam atenção para crise de direitos humanos

Em 7 de novembro de 2021, ocorreu a eleição presidencial nicaraguense, da qual Daniel Ortega emergiu vitorioso, com cerca de 75% dos votos, e apto a seguir para seu quarto mandato consecutivo. A corrida eleitoral chamou atenção da imprensa internacional, tendo em vista que, desde maio de 2021, 42 pessoas foram presas, todas opositoras ao governo. Além de sete presidentiáveis, estão dez mulheres defensoras dos direitos humanos, ativistas feministas e líderes sociais e políticas. Muitas são notórias ativistas e ex-guerrilheiras da Revolução Sandinista, que pôs fim à ditadura nicaraguense de Somoza, em 1979. As famílias das presas políticas denunciam violações como privação de alimentação, isolamento, submissão a extensos interrogatórios, abusos sofridos por seus familiares dentro das prisões, homofobia, relativa às orientações sexuais e de gênero, entre outros tipos de violências. A urgência da crise de direitos humanos na Nicarágua levou a questão à Organização dos Estados Americanos (OEA), quando, no dia 10 de novembro, uma resolução assinada por oito países foi encaminhada

ao Conselho Permanente pedindo por uma tomada de medidas imediatas. Ainda em junho, o secretário-geral da OEA afirmou que era a favor da aplicação do Artigo 21 da Carta Democrática Interamericana, evidenciando que uma opção de medida imediata a ser debatida seria a possível suspensão da Nicarágua da Organização, uma vez que existem claros indícios de violação dos direitos humanos e da ordem democrática, além de não ter havido negociação por meios diplomáticos para resolução destas infrações. Aos seus familiares, as ativistas dizem que não irão arrefecer. Uma pequena mobilização com a hashtag #QueLasLiberen, pedindo a libertação das dez mulheres e de outras e outros presos políticos começou a ser vista nas redes sociais.

Fontes: [La Izquierda](#), 08/11/2021; [Carta Capital](#), 08/11/2021; [Diálogos do Sul](#), 09/11/2021; [Revista Fórum](#), 10/12/2021; [Carta Capital](#), 10/11/2021; [Uol](#), 11/11/2021; [Isto É](#), 11/11/2021; [La Prensa](#), 16/11/2021; [La Prensa](#), 25/11/2021.

Grupo de Puebla reúne lideranças no México para discutir agenda progressista

Com um apelo à unidade da América Latina para enfrentar a ameaça da extrema-direita, a sétima reunião do Grupo de Puebla teve início na última semana de novembro. Intitulada “¡Cambio ahora!”, o fórum de debates reuniu dezenas de lideranças progressistas da América Latina e da Espanha na Cidade do México, de forma semi-presencial. Entre alguns dos presentes, destacam-se: os ex-presidentes Rafael Correa, do Equador, Dilma Rousseff, do Brasil, Fernando Lugo, do Paraguai, e Ernesto Samper, da Colômbia. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, seu homólogo boliviano, Luis Arce, e o ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, também participaram de forma remota. Ex-chanceleres, parlamentares, juristas, acadêmicos e observadores também se somam aos participantes. O evento foi organizado pelo Movimento Regeneração Nacional (Morena), partido do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador. O chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, responsável por abrir os debates, fez um apelo à manutenção do combate à corrupção e à desigualdade no âmbito multilateral do Grupo de Puebla. Em sua visão, esse espaço de diálogo se tornou um laboratório de esperança para a região. Ebrard também salientou que

as propostas do grupo buscam construir sociedades mais livres, justas e igualitárias, superando assim o modelo neoliberal. “Nunca nos resignamos à desigualdade. Estamos empenhados em dar uma resposta ao esgotamento e ao grande fracasso retumbante do neoliberalismo no nosso continente e em todo o mundo”, disse o chanceler. O presidente brasileiro Jair Bolsonaro também foi mencionado durante o evento como uma força a ser confrontada na região.

Fontes: [Opera Mundi](#), 28/11/2021; [Uol](#), 29/11/2021; [Nodal](#), 29/11/2021; [El Economista](#), 30/11/2021; [Nodal](#), 01/12/2021; [Excelsior](#), 01/12/2021.

Nova variante de COVID-19 na África do Sul revela preconceito internacional contra o continente africano

No dia 25 de novembro de 2021, o Ministro da Saúde da África do Sul realizou um comunicado à nação informando a descoberta de uma nova variante da COVID-19 em circulação no país. Denominada Ômicron, a variante preocupou as autoridades sanitárias pelo seu alto grau de mutação e pelo potencial de transmissibilidade da nova variante. No dia seguinte ao anúncio, países como Reino Unido, membros da União Europeia, EUA e Japão, proibiram a entrada de sul-africanos e cidadãos de países vizinhos em seus territórios. Em Amsterdã, centenas de sul-africanos ficaram detidos por horas depois de aterrizarem. Nos EUA, o governador do Texas, Greg Abbott, tentou associar a política migratória do presidente Joe Biden e os sul-africanos com a disseminação da nova variante nos EUA. Em resposta, as autoridades sul-africanas destacaram a ineficiência do fechamento das fronteiras, a necessidade de ampliar a vacinação, a capacidade do país em detectar rapidamente novas cepas do vírus e criticaram o tratamento conferido à África do Sul. A Ministra da Saúde, Joe Phaala, afirmou que o banimento dos sul-africanos é injustificado. A chanceler sul-africana, Naledi Pandar, expressou preocupação com os impactos dessas decisões sobre as famílias e os negócios. O Departamento das Relações Exteriores iniciou tratativas visando o relaxamento das medidas de restrição e protestou contra o fato de que o mesmo tratamento não foi dado a outros países que também registraram casos da nova variante. O

Presidente, Cyril Ramaphosa, classificou a imposição de restrições como discriminatória, desnecessária e não científica, já que a variante foi detectada em outros países, tais como Bélgica e Holanda, em que os contaminados não estiveram na África do Sul, tampouco tiveram contato com pessoas que passaram pelo país.

Fontes: [The South African](#), 25/11/2021; [The South African](#), 26/11/2021; [BusinessTech](#), 27/11/2021; [NPR](#), 29/11/2021; [Daily Maverick](#), 30/11/2021.

China reforça cooperação em saúde e comércio com países africanos

No dia 28 de novembro de 2021, teve início a Oitava Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China e África (FOCAC), na qual o chanceler chinês Wang Yi compareceu presencialmente e o presidente Xi Jinping participou por meio digital. Contando com a presença de representantes de 54 países africanos, a cúpula discutiu a necessidade de enfrentamento à COVID-19 no continente africano e as relações sino-africanas pelos próximos três anos. Dentre as principais reuniões bilaterais de Wang Yi, se destaca a reunião com o presidente e a chanceler senegaleses, Macky Sall e Aissata Tall Sall, respectivamente, que destacaram a importância da China no fornecimento de vacinas para o país. Yi também se reuniu com o ministro das relações exteriores de Serra Leoa, David Francis, e reforçou o acesso de empresas chinesas ao país nos setores de infraestrutura e agricultura. Foram negociados com o chanceler zimbabuano, Frederick Shava, acordos de cooperação para o combate à pobreza extrema e discutidos com a chanceler moçambicana, Veronica Macamo, temas de cooperação energética e de infraestrutura relacionados à Iniciativa do Cinturão e Rota. Em discurso, Wang Yi destacou a importância do investimento chinês no continente e das equipes médicas chinesas, que já trataram 230 milhões de africanos e que, através de plataformas distribuídas pelos países, terão potencial de atender até 700 milhões de pessoas nos próximos anos. Frente ao avanço da variante Ômicron da COVID-19 e das baixas taxas de imunização no continente africano, Xi Jinping anunciou que fornecerá 1 bilhão de doses de vacinas contra a doença por meio de doações e produção conjunta com os países africanos. Na abertura da cúpula, o presidente exortou empresários chineses a expandir o comércio e os investimentos privados no continente, destacando que o total de importações chinesas vindas da África deve representar um valor

de 300 bilhões de dólares ao longo dos próximos três anos.

Fontes: [CGTN](#), 29/11/2021; [Xinhua](#), 29/11/2021; [SCMP](#), 29/11/2021; [Xinhua](#), 30/11/2021; [SCMP](#), 01/12/2021.

China e Rússia assinam roteiro de cooperação militar e renovam parceria

No dia 23 de novembro de 2021, os ministros da defesa da China e da Rússia, Wei Fenghe e Sergei Shoigu, respectivamente, assinaram um planejamento para ampliar a cooperação militar no período de 2021 a 2025. Durante a videochamada, Shoigu ressaltou o interesse dos Estados em aumentar as atividades militares estratégicas. Os ministros saudaram as manobras de aviões e navios de guerra russos e chineses. Ademais, o acordo de assistência russa com os chineses foi renovado, mantendo o apoio no monitoramento de possíveis lançamentos de mísseis que tenham como alvo o território chinês. O ministro da Rússia apontou para o aumento da quantidade de bombardeios estadunidenses em zonas próximas às fronteiras russas, chegando a 30 missões só no mês de novembro, e relatou que a frequência também vem aumentando no mar de Okhotsk, o que deve ser percebido como uma ameaça tanto para seu país quanto para a China. Desse modo, devido à crescente intensidade dos bombardeios estadunidenses, fez-se necessário o estreitamento dos laços militares. A narrativa utilizada para justificar o estreitamento entre os dois países foi a manutenção da paz e da estabilidade na Ásia-Pacífico. Atividades conjuntas já aconteceram no dia 20 de novembro, com dois bombardeiros russos e chineses durante uma patrulha sobre o Mar do Japão e da China Oriental.

Fontes: [Military Times](#), 24/11/2021; [Global Times](#), 24/11/2021; [Folha](#), 24/11/2021; [SCMP](#), 24/11/2021.

Refugiados e solicitantes de asilo ocupam o prédio da ACNUR em resposta à política migratória sul-africana

No dia 26 de novembro de 2021, o The Citizen noticiou que o governo sul-africano se recusa a renovar a autorização de estadia de cerca de 200 mil refugiados e solicitantes de asilo. Mondli Gungubele, ministro na presidência da África do Sul, afirmou que quem não conseguir a permissão até o final

de 2022 deve sair voluntariamente do país ou será deportado. De acordo com o jornal África Socialista e Internacionalista (ASI), no começo do governo de Nelson Mandela, em 1994, foram implementadas leis que limitam e regulamentam a presença de migrantes e refugiados na África do Sul. Dentre estas, estão a Lei dos Refugiados de 1998 e sua emenda de 2016, a Lei da Imigração de 2002 e suas emendas de 2011 e 2016. Para Achille Mbembe, filósofo e teórico político, as medidas que não podem ser aplicadas aos negros sul-africanos são direcionadas aos negros de outros lugares. Desde o começo deste mês, mais de 300 moçambicanos já foram deportados do país. Neste contexto, a política migratória da África do Sul foi comparada à segregação na era do Apartheid. Segundo o ASI, além dos altos níveis de deportação no país, migrantes e refugiados sofrem diversos tipos de violência, seja onde estudam e trabalham ou quando precisam de documentos emitidos por agências governamentais. Em momentos de crise econômica, estes tipos de violência se agravam. Em forma de resistência a este cenário, no mês de outubro de 2021, cerca de 400 pessoas ocuparam o prédio onde se encontra o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que fica na Cidade do Cabo. O movimento de ocupação tem como principal exigência a obtenção de vistos para países como Brasil, Canadá e EUA.

Fontes: [Africa Socialist](#), 29/10/2021; [Africa CGTN](#), 22/11/2021, [The Citizen](#), 26/11/2021.

Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher marcado por manifestações e sentença histórica da Corte Interamericana de Direitos Humanos

No dia 25 de novembro de 2021, o Jornal El Universal noticiou que a violência contra a mulher no México continua crescendo e que o ano de 2021 se encaminha para o recorde no número de feminicídios. O aumento deste fenômeno está relacionado aos meses de confinamento devido à pandemia. Diariamente 3.500 mulheres pedem auxílio devido à violência que enfrentam. Segundo o jornal Excelsior, entre janeiro e setembro de 2021, foram registrados 947 mil casos e 370 chamadas no número de emergência em todo o México para denunciar casos de assédio, abuso, violação sexual e violência doméstica. Diante

desse cenário, feministas e ativistas convocaram pelas redes sociais manifestações para o dia 25 de novembro, com o slogan “No México, nenhuma agressão às mulheres sem castigo” para denunciar todos os tipos de violência, inclusive a violência patriarcal que acusam existir no atual governo. O governo instalou muros no Palácio Nacional e outros pontos simbólicos como o Anjo da Independência e o Museu da Revolução para protegê-los das manifestações, porém as ativistas aproveitaram os muros para expor fotos e datas de mulheres mortas e desaparecidas, denunciando a negligência e omissão estatal em relação à vida das mulheres mexicanas. O dia 25 de Novembro também foi marcado por uma sentença histórica de condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo caso do feminicídio de Márcia Barbosa, morta em 1998 por um parlamentar. Além de ser a primeira vez que a Corte determina a responsabilidade internacional do Brasil em um caso de feminicídio, a sentença também é emblemática, pois estabeleceu parâmetros sobre a compatibilidade das imunidades parlamentares com a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.

Fontes: [El Universal](#), 25/11/2021; [Excelsior](#), 25/11/2021; [G1](#), 25/11/2021.

Governo brasileiro sanciona Lei Mariana Ferrer que protege vítimas durante julgamentos

No dia 23 de novembro de 2021, foi sancionada a Lei 14.245/2021 que protege vítimas e testemunhas no decorrer de processos judiciais envolvendo crimes de violência sexual. A lei, cuja autoria remonta ao Projeto de Lei 5096/2020 da deputada Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovada sem vetos pela presidência da República e recebeu o nome da influenciadora digital Mariana Ferrer que, após ser dopada em uma boate em 2018, sofreu violência, sendo posteriormente constrangida e humilhada durante o julgamento do processo pelo advogado do réu. A norma proíbe o uso, nas audiências judiciais, de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas, conforme informado pela Câmara dos Deputados. Esse tipo de abordagem do judiciário incorre em uma dupla violação, pois fere a integridade da vítima durante o processo e permite que a violência psicológica ocorra. Para a deputada Lídice da Mata, “a justiça deve ser local de acolhimento para a mulher e não

de tortura psicológica”. Mais de 25 parlamentares subscreveram a nova lei, incluindo as deputadas Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Áurea Carolina (PSOL/MG) e Tábata Amaral (PSB/SP). A lei é um passo significativo para diminuir os constrangimentos e barreiras que as mulheres enfrentam quando decidem denunciar abusadores, mas ainda está longe do ideal. No Piauí, em 25 de novembro, foi divulgado que 11 mil processos de violência contra a mulher estão parados pela morosidade do judiciário e alguns não avançam há mais de 10 anos. Tais fatos contribuem para que as taxas de feminicídio continuem altas no Estado, sendo esta mais uma fratura no judiciário brasileiro.

Fontes: [Agência Senado](#), 23/11/2021; [Câmara dos Deputados](#), 23/11/2021; [Cidade Verde](#), 25/11/2021.

Avanços na conquista de espaço e de direitos à população LGBTQIA+ no Chile animam ativistas, ainda que o segundo turno das eleições traga preocupações

Em meio a um período eleitoral conturbado, com candidatos de polos opostos disputando o segundo turno pela presidência do país, duas notícias vem animando ativistas LGBTQIA+ na América Latina como um todo: o Chile elegeu, no dia 21 de novembro, sua primeira deputada trans, a estudante de direito Emilia Schneider, do Partido Comunista, aliado do presidencial Gabriel Boric. Schneider se consolidou como uma das vozes mais ativas na linha de frente das manifestações que alteraram a história recente do país. Além de ser a pioneira na Câmara, a deputada também foi a primeira mulher trans a presidir a Federação de Estudantes da Universidade do Chile. Após sua vitória consolidada no último domingo, a deputada eleita afirmou que vê com esperança o resultado das eleições, que levaram a Câmara outras mulheres também LGBTQIA+, e que é um marco do avanço contra o conservadorismo no país. Esse avanço nas eleições se junta a outro fator decisivo para a garantia de direitos à população LGBTQIA+ chilena que viu, no dia 23 de novembro, a Câmara de deputados aprovar o projeto de lei que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O projeto, que teve origem no Senado, foi aprovado com 97 votos a favor, e voltará ao Senado antes

ser sancionado pelo atual presidente, Sebastián Piñera, que já se mostrou favorável. O segundo turno, porém, entre Gabriel Boric e Jose Antonio Kast, ainda preocupa ativistas da região, que temem a vitória de Kast, que já proferiu falas de cunho LGBTfóbico e de apoio à ditadura de Augusto Pinochet.

Fontes: [BBC](#), 22/11/2021; [Folha](#), 22/11/2021; [Telesur](#), 22/11/2021; [Agência Brasil](#), 24/11/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

